



A CONTABILIDADE AMBIENTAL SOB A ÓTICA DO NEOPATRIMONIALISMO

GLEBER DO CARMO ANTUNES*

O MEIO AMBIENTE

A questão ambiental

Durante séculos o ser humano dependeu única e exclusivamente da captura de animais, de colher frutos das árvores para seu sustento, bem como utilizou da água para saciar sua sede. Vivia ele em pequenos grupos que, nunca ou quase nunca se comunicavam entre si, resumindo sua vida no mais completo isolamento. O homem era um nômade. Locomovendo-se por toda extensão do planeta, utilizava-se de suas incontáveis riquezas naturais que encontrava pelo caminho, sem no entanto trazer qualquer prejuízo para o meio ambiente. Vivia ele na mais perfeita harmonia. Na verdade, o número desses nômades era pequeno, por isso, as árvores que eram derrubadas e os animais que eram capturados rapidamente se recompunham, não causando nenhum dano ao ecossistema.

Mais tarde, descobriu que não era mais necessário viver apenas nas cavernas e muito menos andar nu por toda superfície do globo terrestre. Passou a construir seu abrigo utilizando troncos de árvores e fazendo suas primeiras vestimentas com a pele dos animais que ele caçava para alimentar-se. Começa, a partir daí, uma vida humana diferente daquela que se locomovia por toda a terra. Sentiu ele a necessidade de fixar-se em um só lugar, fazendo surgir pequenos povoadamentos em locais antes inabitáveis. Perdia ele, pela primeira vez, sua condição de nômade.

Vivendo nessa plena harmonia o homem descobriu, mais tarde, que casa e roupa, caçar os animais para seu sustento, beber da água para matar sua sede ou utilizar-se da madeira para construir sua morada não eram suficientes para mantê-lo. Sentiu ele que os animais poderiam ser domesticados, as plantas cultivadas, descobrindo uma nova fonte de alimento, mais segura. Não teria mais que andar quilômetros e mais quilômetros para recolher o seu

sustento. Descobriu que esses alimentos poderiam também ser cultivados e armazenados para prover seu sustento na época do frio e das grandes tempestades. Estava, mesmo que de forma incipiente, descoberta a agricultura.

A agricultura foi, segundo a maioria dos historiadores, a principal responsável pelo aumento das populações na face da terra e pelo surgimento das grandes cidades.

O homem ávido de, a cada dia, utilizar-se da natureza não apenas como sua fonte de alimento, desenvolve a mineração e a fundição, ampliando ainda mais seu poder tecnológico, aumentando ainda mais a velocidade na execução de suas tarefas, sem que com isso tenha que fazer grandes esforços. Começa o homem, a partir desse momento, a produzir em escala infinitamente superior àquelas existentes na era Paleolítica e assim causar impacto de maior importância ao meio ambiente ao reduzir, agora já de forma mais acentuada, inúmeras espécies de alimento, empobrecendo, pela primeira vez, o abundante meio ambiente do planeta.

O descobrimento da ecologia

Para Odum (1988, p.01), "A palavra ecologia deriva do grego *oikos*, com o sentido de casa, e *logos*, que significa estudo. Assim, o estudo do ambiente, da casa inclui todos os organismos contidos nela e todos os processos funcionais que a tornam habitável."

O zoólogo francês Geoffroy Saint-Hilaire (Ferri:1980), diz que: "A ecologia, como ciência bem organizada e disciplinada, é nova, mas o pensamento ecológico é muito antigo."

Durante muito tempo, de modo geral, o tema ecologia foi desconhecido da população.

Relegado a segundo plano por alguns cientistas o tema surgiu, com ênfase, a partir do século XX, evidenciando que a maioria das dificuldades que o homem vem enfrentando, como o cres-

cimento populacional desordenado, poluição ambiental, fome e outros problemas sociológicos e políticos atuais, são, na verdade, em grande parte, problemas ecológicos.

Assim, as modificações de forma desordenada e acelerada, a partir dos dois últimos séculos, todas decorrentes dos efeitos gerados pelo processo de produção e do consumo sem limites, nunca foram tão questionadas pela sociedade civil como nos dias atuais.

É inegável que a partir desse momento um número muito maior de pessoas passou a se interessar pelas questões relacionadas à ecologia.

Na verdade, algumas nações, "descobriram" que o planeta terra, de forma lenta e gradual, silenciosamente, durante séculos e mais séculos havia se modificado e que essas modificações, até então imperceptíveis estavam relacionadas ao afã do homem em promover rapidamente o seu desenvolvimento econômico, sem apresentar nenhuma ou quase nenhuma preocupação com a preservação do meio ambiente e sem o mínimo de controle. Voltado, única e exclusivamente, para os ganhos monetários, substituindo, sem nenhum critério, tudo aquilo que a natureza nos concedeu, generosa e abundantemente por bens artificiais.

Alguns desastres ambientais

Segundo Youssef (1993, p.23), "Nas décadas de 1970 e 1980 os desastres ambientais de Seveso, Bhopal, Chernobyl e Basel provocaram um dramático crescimento da conscientização ambiental em toda a Europa e nos Estados Unidos, onde o vazamento de petróleo da Valdez provocou uma intensa irritação popular."

Na verdade, a população norte-americana, na década de 60 (sessenta), já se havia manifestado contrária aos prejuízos causados ao meio ambiente pelo homem, dando, naquela época, uma demonstração clara de repúdio pela guerra que acontecia no Vietnã,

quando, por inúmeras vezes, o exército norte-americano lançou bombas de napal, cujo efeito era avassalador, pois destruía por completo toda e qualquer vegetação.

Acidentes de responsabilidade da estatal Petrobrás ocorridos no Brasil tais como: o derramamento 6 milhões de litros de óleo na baía de Guanabara no ano de 1975, provocado pelo navio Tarik e, mais recentemente, o derramamento de 1,292 milhões de litros de óleo na mesma baía, sem sombra de dúvida, chamaram a atenção da sociedade civil para a importância da preservação ambiental.

Assim, a partir desse momento histórico, várias instituições como a Igreja e fundações localizadas nas mais distantes regiões do planeta se uniram à sociedade civil e passaram a promover boicotes de produtos de origem duvidosa, cuja fabricação atingia o meio ambiente natural sem nenhuma preocupação de preservação, denunciando para todo o mundo o uso, por exemplo, de armamentos pesados que dizimavam inocentes e afetavam negativamente o meio ambiente, colocando em risco a sobrevivência do homem no planeta.

No entanto, apesar da melhoria no nível de consciência ecológica dos povos, notadamente dos Europeus, não existe, até o presente momento, nenhuma preocupação com a elaboração e a publicação de "balanços Ambientais".

Na verdade, os acidentes ambientais, notadamente aqueles provocados pela Petrobrás, Union Carbide, e tantos outros, fizeram com que a humanidade se deparasse, sem possibilidade de volta, com o mais importante questionamento de sua história: ou protegemos o meio ambiente ou estamos fadados a sucumbir. O equilíbrio natural foi rompido. Ou nós o recuperamos, se caso ainda exista tempo para tal, ou então arcamos com as consequências. Não é mais possível fazer da sobrevivência da nossa espécie um mero jogo. Essa proteção, esse engajamento de todos os povos em prol da recuperação do ambiente precisa representar, para todos, uma nova maneira de enxergar e viver nossas relações com o planeta terra.

É preciso, sobretudo, lutar pela equidade social, igualdade de gêneros e, principalmente, pela aceitação da biodiversidade, assuntos, lamentavelmente há muito tempo esquecidos em alguma estante empoeirada pelo tempo, nos mais diversos cantos do planeta.

As empresas e o meio ambiente

É por demais conhecido que, durante um longo tempo, as pessoas jurídicas, quase que na sua totalidade, sem-

pre se preocuparam, exclusivamente, com a eficiência e a eficácia de sua lucratividade. Negar que essa foi a mentalidade predominante das administrações das empresas é não querer enxergar o óbvio.

Ocorre que, em um breve espaço de tempo, essa visão, ou forma de administrar, revelou-se equivocada, ficando evidente que o lucro ou o retorno do investimento, apesar de importância vital na vida das empresas, não era o único e muito menos o componente mais importante para a manutenção e a sobrevivência das pessoas jurídicas.

Sobre esse assunto o sociólogo Hebert de Souza, o "Betinho", sabiamente afirmou: "Pessoa jurídica é entidade pública ainda que de domínio privado", referindo-se à responsabilidade das empresas para com a manutenção e preservação do meio ambiente. Na verdade, a mentalidade ambientalista, vista até bem pouco tempo por alguns como ocupação de sonhos e desocupados, revestiu-se de fundamental importância para a sobrevivência da humanidade, porque passou a demonstrar de forma cristalina que possuía a capacidade de apontar em uníssono, a visão financeira das empresas com segurança e, principalmente, com a qualidade dos produtos comercializados, tornando-se por isso fator estratégico básico para a melhoria da vida dos seres humanos no planeta terra.

Foram estes, dentre outros motivos - e não mais os discursos das esquerdas - que fizeram da questão ambiental uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável, tanto pelo uso de novas tecnologias que não degradem o meio ambiente, quanto pelo uso racional dos recursos naturais, já tão escassos.

Hoje, para a maioria dos países, bem como para todos os habitantes do planeta, não existem mais lugares para as empresas que, teimosamente, tratam a sociedade com negligência e irresponsabilidade, virando as costas para todos os problemas ambientais que giram em sua volta. Na verdade, todas elas sabem que cedo ou tarde irão pagar caro, caso não se enquadrem, urgentemente, na nova ordem mundial.

Não enxergar ou não querer enxergar, como muitas ainda fazem, principalmente aquelas pessoas jurídicas instaladas em países subdesenvolvidos ou emergentes, que a sociedade precisa da empresa, mas que, por outro lado, a empresa precisa muito mais da sociedade e não reconhecer que sua existência se deve, única e exclusivamente às pessoas em sua volta, é, no mínimo, desco-

nhecer que seu "negócio" está fadado ao insucesso e a morte lenta.

Antes da década de 80, a questão ambiental na Alemanha, por exemplo, era vista como questão marginal, de alto custo e, em alguns momentos, até indesejável. Seus maiores opositores argumentavam que esses processos diminuam sua vantagem competitiva. Essa era, com certeza, não somente na Alemanha, mas em todo o planeta, uma reação defensiva, que tinha como principal objetivo diminuir e combater ou até mesmo evitar todos os pedidos de indenização por danos ambientais.

No entanto, a partir dos anos 80, os gastos com as questões ambientais, passaram a ser vistos não mais como custos ou gastos desnecessários, mas sim como investimento futuro e, paradoxalmente, como vantagem competitiva. Assim, a atitude passou de defensiva e reativa para ativa e criativa.

Porém, parafraseando Alphandéry, Bitoun e Dupont, podemos afirmar que, apesar do grande avanço nas discussões relacionadas ao tema meio ambiente, o assunto ainda veicula valores e práticas contraditórias parecendo um autêntico "balaio de gatos" onde cada um se serve de acordo com suas necessidades. Na verdade, em que pese o grande avanço dessas questões, durante um interminável tempo, a preocupação das empresas ainda continua ligada muito mais a teoria do que à prática.

Sem nenhuma sombra de dúvida, as empresas precisam reconhecer que sua responsabilidade para com a sociedade vai além, bem mais além do que suas responsabilidades com seus clientes, fornecedores, sócios, funcionários, etc.

É de importância fundamental considera o que diz Donaire (1999, p.21), "A justificativa para o sentido de responsabilidade social por parte das empresas fundamenta-se na liberdade que a sociedade concede à empresa para existir."

Apesar de pouco respeitado, não há dúvida que é preciso considerar que existe, tacitamente, entre a sociedade e as empresas um contrato ambiental. A empresa, como qualquer outra organização, tem a plena liberdade de existir e trabalhar por um objetivo. O pagamento dessa liberdade é a contribuição compulsória para com a sociedade.

É importante ressaltar que os termos desse contrato não devem e não podem, sob qualquer circunstância, serem permanentes, mas sim mudar constantemente. Não há dúvida que os termos do contrato entre as empresas e a sociedade passam por modificações substanciais.

Parafraseando Donaire, podemos

afirmar que os novos termos que deverão existir nos tempos atuais estão baseados na visão de que as empresas que possuem única e exclusivamente finalidade econômica, acarretam sérios efeitos à sociedade, representando, conseqüentemente, um custo social incrivelmente alto e, em alguns momentos, até impagável, como são, por exemplo, os inúmeros desastres ambientais causados pela estatal brasileira Petrobrás.

É inegável que o planeta, não por opção, mas por questões de sobrevivência e muito mais pela melhoria da qualidade de vida daqueles que aqui habitam, precisa ser desenvolvido de forma sustentável e não desordenadamente como acontece atualmente em alguns países. As empresas, sejam elas públicas ou privadas deverão, caso não queiram se extinguir e assistirem perplexas a decadência e a conseqüente morte lenta de seus produtos, adequar-se aos novos tempos. Opcional como já fazem algumas ou, compulsoriamente como deverá ocorrer com outras.

Ratificando esse entendimento, Donaire (1999, p.29) ao referir-se especificamente às questões de preservação do ambiente na América Latina diz que, a publicação de relatório pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU – Organização das Nações Unidas, faz referência veemente e prevê decadência, pobreza e, principalmente, dificuldades ambientais cada vez em maior escala.

Para o escritor, esse relatório teve o "...grande mérito de fazer com que nações, desenvolvidas e subdesenvolvidas, passem a encarar o problema ecológico, não somente como custos desnecessários, mas como um problema de capital importância, tanto interno quanto externo."

A CONTABILIDADE

O surgimento

Lamentavelmente, com exceção das obras editadas pelo cientista, escritor e professor Antônio Lopes de Sá, não existe grande quantidade de informações na literatura contábil brasileira que relatem com fidedignidade a história do surgimento da Contabilidade. Como também não é verdadeira a afirmativa que diz não existir unanimidade entre os historiadores da Ciência Contábil, de que não é possível precisar corretamente a sua data de nascimento ou a data precisa de seu surgimento.

Um incontável número de historiadores, através das descobertas arqueológicas, vem demonstrando que a

escrita contábil data de era remotas, possivelmente desde as primitivas civilizações.

Esses arqueólogos, em conjunto com os trabalhos de pesquisa dos historiadores contábeis, durante longos e longos tempos, têm conseguido localizar fragmentos de escrituração antiga, em terras milenares, cujas civilizações já foram extintas, mas que deixaram sinais e mais sinais de seu elevado nível de conhecimento contábil.

Na verdade, a arqueologia, digase de passagem, instrumento de fundamental importância para a verdadeira revelação da história da Contabilidade, conceituada como o estudo das antiguidades, especialmente do período pré-histórico, revela que, desde o homem primitivo, todo e qualquer acontecimento era grafado de forma rudimentar em pedras, placas, ossos e outros objetos existentes no período, de forma a permitir o controle de sua riqueza ou de seus bens patrimoniais.

Desde o seu surgimento no planeta o homem viveu em comunidade, bem como sempre estabeleceu seus modos para viver em paz, por meio de trocas de bens. A história comprova que essas trocas remontam de épocas que há muito, muito se perderam no tempo. No entanto, alguns vestígios foram encontrados, dando aos historiadores fundamentos para localizar, por exemplo, há 8000 anos a.C., informações rudimentares a respeito de nossa ciência.

Esses indícios que atestam o tempo de existência da Contabilidade estão contidos, por exemplo, nas inúmeras placas de argila encontradas na ilha de Greta, contendo autênticos registros contábeis, especialmente sobre temas relacionados aos custos de produção do vinho e do custeio do plantio de vegetais, presumindo-se serem da era neolítica.

Por exemplo Princevent, localizada no vale do Sena, ao norte da França, segundo o Atlas da História Universal, The Times, (1989, p.2820), "...foi habitada pela primeira vez há aproximadamente 10 mil anos. Estudos sobre restos de animais indicam que o povoado foi utilizado desde meados do verão até meados do inverno em diferentes circunstâncias. Seus habitantes eram caçadores-coletores, cuja fonte principal de carne era a rena".

É importante ressaltar que, apesar das inúmeras e incontáveis informações contidas nas mais variadas enciclopédias de história, relatando que as pinturas de animais e objetos, existentes nas cavernas pré-históricas são, "manifestação da arte", para os historiadores da Contabilidade, essa informa-

ção não é totalmente correta.

Para historiadores e pesquisadores da Ciência Contábil, essas denominadas "manifestações de arte", são também, na verdade, indícios inequívocos da existência dos primeiros registros contábeis da história.

Os mestres e historiadores italianos Frederico Melis e Fábio Besta dizem ter constatado que a origem e a evolução da Contabilidade pode ser demarcada desde o início da civilização, quando surgiram as primeiras manifestações do escambo, praticada pelo homem para obter os meios de sobrevivência econômica.

Melis afirma ainda em seus escritos, acerca do surgimento da Contabilidade que: "A tradição popular dos antigos Babilônicos e Assírios era atribuir a invenção da escrituração ao Deus dos escribas, Nabu, que corresponde ao Thoth egípcio ou o Hermes dos gregos."

Quando novamente recorremos a Sá (1997, p.21), para constatar a veracidade dos fatos, deparamos com a informação de que: "O mais antigo documento dessa época que se conhece parece ser o que nos apresenta Figuer. Foi encontrado na gruta de D'Aurignac, no departamento de Haute Garone, na França; é uma lâmina de osso de rena, contendo sulcos que indicam quantidades."

As únicas vozes destoantes acerca do nascimento da Contabilidade, localizadas por nós, estão contidas em obras de alguns autores norte-americanos.

Hendriksen e Breda, escritores norte-americanos, em sua obra intitulada "Accounting Theory", (2000, p.39), traduzida para nossa língua como "Teoria da Contabilidade", por Antônio Zoratto Sanvicente, afirmam categoricamente desconhecer a data correta de nascimento da Contabilidade, mas por outro lado informam que a mesma nasceu na Itália, entre os séculos XIII e XIV.

Recorremos mais uma vez a Sá (1997, p.15), que diz: "A contabilidade nasceu com a civilização. Prova maior e incontestável desse nascimento da Contabilidade em conjunto com a civilização, está contida nos inúmeros achados em sítios arqueológicos do Oriente."

Schmidt, outro escritor brasileiro (2000, p.15), ratifica essas informações ao escrever: "...foram encontrados materiais utilizados pelas civilizações pré-históricas que caracterizam um sistema contábil utilizado entre 8000 a 3000 a.C., constituído de pequenas fichas de barro."

Essas fichas segundo Sá (1997, p.19), "São as contas contábeis primitivas. A prova irrefutável de uma das mais antigas manifestações do pensa-

mento contábil, ou seja, aquelas que identificam os objetos (geralmente figuras) e a quantidade desses mesmos objetos (geralmente por riscos ou sulcos) como meio patrimoniais. Antes mesmo que o homem soubesse escrever e calcular, estas manifestações ocorriam. Na verdade a história da contabilidade iniciou-se a partir de cerca de 20.000 anos atrás, no Paleolítico Superior, ou até mais, segundo Masi, nas eras Pré-líticas."

Continuando, Sá (1997, p.21) diz que: "O imenso caminho percorrido pela mente humana, na sucessão de anos, nas diversas civilizações, no campo da Contabilidade, forma um dos acervos culturais talvez mais preciosos da história da humanidade. Em tarefas quase anônimas, mas partindo da memória dos fatos da riqueza para o entendimento de como a mesma poderia ser mais bem utilizada para a eficácia, os contabilistas, ao longo dos anos, foram sempre acrescentando utilidades à vida humana."

"A escrita contábil nasceu bem antes da escrita comum. O registro da riqueza antecedeu à todos os demais registros. Portanto, a história da Contabilidade, percorre milênios e milênios de anos, com participação ativa nas diversas modificações ocorridas com relação ao uso da riqueza e dos recursos sobre os meios de registros."

O aparecimento das cidades, as estruturas dos Estados, do Poder Religioso, o surgimento da moeda, a concentração de riquezas, a divisão do trabalho, o domínio dos mares, a expansão comercial, a Revolução Industrial, a descoberta do papel, a revolução científica, a informática, todos esses fatores alteraram e continuam alterando a história da ciência do patrimônio.

Ciência

Inicialmente é de fundamental importância ressaltar que a Contabilidade é uma ciência e, de acordo com Wilken (1958, p.11) "...é um conjunto de conhecimentos sistematizados. É um conjunto científico de conhecimentos e não um conjunto vulgar de conhecimentos."

Sá (1999, p.33) explica que: "O método apropriado para identificarmos se a Contabilidade é uma ciência obtém-se através de indagações, iniciando-se por levantar o que se faz necessário para que um conhecimento seja científico."

A compreensão e a posterior análise do quadro a seguir, não permite nenhuma dúvida sobre a natureza científica do conhecimento contábil."

Diz o eminente mestre Lopes de

Sá: "Primeiramente é necessário que façamos distinção entre o conhecimento científico e o conhecimento comum ou empírico, ressaltado que conhecimento empírico é o que é obtido só pela observação e se fundamenta no hábito de que as coisas acontecem como da última vez que sucederam."

Assim podemos concluir que os casos isolados são conhecimentos empíricos, sem nenhum valor científico, o que não é o caso da Contabilidade.

Contabilidade Ambiental

a) Objetivo

Registrar e controlar todo e qualquer fenômeno patrimonial, desenvolvido ou em desenvolvimento, ocorrido ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer tipo de dano

ao meio ambiente, bem como toda e qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registradas em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade.

b) Conceitos

• **Custos Ambientais** – Representam todo empenho, todo o esforço direta ou indiretamente vinculado a qualquer gasto, independentemente de desembolso, relativo a bens e/ou serviços que visem, única e exclusivamente a preservação do meio ambiente.

• **Ativos Ambientais** – Representam os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações etc, ad-

REQUISITOS LÓGICOS NECESSÁRIOS A UMA CIÊNCIA	REQUISITOS CUMPRIDOS PELA CONTABILIDADE
Possuir OBJETO ou matéria específica de Estudos.	O PATRIMÔNIO das empresas ou células sociais é o objeto de estudos específicos.
Analisar o objeto sob um ASPECTO PECULIAR.	A EFICÁCIA ou satisfação das necessidades plenas das células sociais é o aspecto sob o qual a riqueza é observada.
Levantar HIPÓTESES válidas.	Hipóteses sobre POTENCIALIDADES do patrimônio, como as contingências, por exemplo, são frequentes.
Estudar os fenômenos com rigor ANALÍTICO.	ANÁLISE DE LIQUIDEZ, ANÁLISE DE CUSTOS, ANÁLISE DE RETORNO DO INVESTIMENTO, etc.
Possuir MÉTODOS básicos de estudo do objeto.	Os métodos FENOMENOLÓGICO e INDUTIVO AXIOMÁTICO são básicos.
Enunciar VERDADES do valor universal.	Exemplo: quanto maior a velocidade do capital circulante, tanto menor a necessidade de capital próprio.
Permitir REVISÕES	ORÇAMENTOS financeiros, de custos, de lucros, etc são usuais.
Acolher CORRENTES DOUTRINÁRIAS	CONTISMO, PERSONALISMO, CONTROLISMO, REDUTUALISMO, PATRIMONIALISMO, AZIENDALISMO E NEOPATRIMONIALISMO
Possuir TEORIAS próprias	Teoria das Empresas, Teoria do Fôdro, Teoria do Valor, Teoria do Equilíbrio Patrimonial, Teoria das Funções Sistêmicas, etc, são algumas das muitas existentes.
Basear-se em conhecimentos de natureza TRADICIONAL conquistados.	MILENAR é o acúmulo do conhecimento contábil
Prestar utilidade	Aplica-se aos MODELOS DE COMPORTAMENTO DA RIQUEZA PARA A GESTÃO empresarial e institucional a orientação de investimentos; ao controle orçamentário e fiscal, a produção de meios de julgamento, etc.

Fonte: Sá, Antônio Lopes de. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

quiridos e/ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longos prazos, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

• *Passivo Ambiental* – Representa toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinada única e exclusivamente, a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionada a investimentos na área ambiental.

c) Registros contábeis ambientais

• *Custos ambientais* – Serão reconhecidos, independentemente de desembolso, (Princípio Contábil da Competência) e imediatamente incorporados ao bem e/ou serviço que vise, única e exclusivamente, a preservação do meio ambiente, no momento de sua ocorrência, sendo que sua classificação contábil se dará no ativo permanente imobilizado ambiental ou ativo permanente diferido ambiental, desde que tais custos e/ou serviços, aumentem a vida útil do bem incorporador por prazo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).

OBS: - Os valores relacionados a bens e/ou serviços que aumentem o prazo de vida útil do bem incorporador inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, também serão registrados, para fins de demonstração do balanço ambiental, diretamente no ativo permanente imobilizado ambiental ou ativo permanente diferido ambiental, devendo esses valores serem excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, levantados com base no Lucro Real das pessoa jurídica.

O valor apurado referente a depreciação ou a amortização incidente sobre os custos e/ou serviços, incorporados ao ativo permanente imobilizado ambiental ou ativo permanente diferido ambiental, que não resultem no aumento do prazo de vida útil do bem incorporador superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para fins de apuração e pagamento do imposto de renda e da contribuição social apurados com base no lucro real, deverão ser adicionados a base de cálculo dos tributos quando da escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real.

• *Ativos ambientais* – Todos os investimentos na área do meio ambiente deverão ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando, de forma adequada, os estoques ambientais, o ativo permanente imobilizado

ambiental e o diferido ambiental.

OBS: - Os bens cuja classificação se der no ativo permanente imobilizado ambiental e ativo permanente diferido ambiental, exceto aqueles de vida útil inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), cujos valores serão excluídos quando da apuração do Lucro Real, estão sujeitos à depreciação/amortização. “As taxas de depreciação serão fixadas em função do prazo o qual se possa esperar a utilização econômica do bem pelo contribuinte, na produção de seus rendimentos.” (HIGUCHI: 1999)

• *Passivos ambientais* – Dívidas relacionadas à financiamentos específicos, contingências vinculadas ao meio ambiente, desde que claramente definidas, deverão ser classificadas no passivo circulante ou realizável a longo prazo, em contas contábeis específicas.

OBS: - Ressaltamos que as reservas constituídas, compulsoriamente, com base no lucro líquido apurado no exercício social da empresas, destinadas única e exclusivamente para aplicação em investimentos com fins de promover a recuperação e/ou manutenção do meio ambiente, serão registradas em conta distinta e classificadas, para fins de demonstração no Balanço Patrimonial no patrimônio líquido da empresa.

• *Notas explicativas ambientais* –

As notas explicativas ambientais deverão ser destacadas das demais notas e conter as informações sobre critérios adotados com relação: a) – avaliação dos estoques ambientais; b) – formas de avaliação e depreciação, inclusive taxas utilizadas no exercício; c) – avaliação do ativo diferido, destacando as bases utilizadas pela empresa para ativar os gastos ambientais; d) – dívidas relacionadas ao meio ambiente, informando inclusive o critério contábil de apropriação e e) – valor do lucro do exercício destinado à sua utilização no meio ambiente.

• *Balanço ambiental* – (Modelo proposto para publicação ao lado).

• *Objetivo do Balanço Ambiental* – Seu principal objetivo é tornar público, para fins de avaliação de desem-

penho, toda e quaisquer atitudes das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensuráveis em moeda, que a qualquer tempo possam influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que, custos ativos e passivos ambientais, sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

• *Estrutura do Balanço Ambiental* – a) Ativo Circulante Ambiental – A Norma Brasileira de Contabilidade (NBCT4) que trata da Avaliação Patrimonial determina que os estoques de mercadorias, matérias primas, outros materiais e componentes sejam avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, quando este for menor. Assim, todo material adquirido pela empresa, cuja destinação seja de aplicação exclusiva na preservação e/ou conservação do meio ambiente, deverão ser registrados em contas contábeis distintas, controlados e publicadas, separadamente dos estoques financeiros. – b) Ativo Permanente Ambiental

• *Investimentos Permanentes Ambientais* – A Norma Brasileira de Contabilidade (NBCT4) determina que os investimentos permanentes sejam avaliados pelo custo de aquisição,

BALANÇO PATRIMONIAL	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO		
CIRCULANTE		
Circulante Financeiro		
Circulante Ambiental		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Longo Prazo Financeiro		
PERMANENTE		
Investimentos		
Investimentos Financeiros		
Investimentos Ambientais		
Imobilizado		
Imobilizado Financeiro		
Imobilizado Ambiental		
Diferido		
Diferido Financeiro		
Diferido Ambiental		
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Circulante Financeiro		
Circulante Ambiental		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Longo Prazo Financeiro		
RESULTADOS EXERC. FUTUROS		
Receitas de Exercícios Futuros		
(-) Custos e Despesas		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Líquido Financeiro		
Patrimônio Líquido Ambiental		

atualizados monetariamente, ou com base no valor do patrimônio líquido. Serão avaliados com base no patrimônio líquido os investimentos relevantes em coligadas, quando a investidora tiver influência na administração ou quando a porcentagem de participação da investidora representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital social da coligada ou então quando os investimentos em coligadas e/ou controladas, o valor contábil seja, em conjunto, igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da investidora. Para fins de classificação, registro e publicação, as participações em outras empresas, independentemente de ações ou quotas, respeitando o previsto na NBCT4, desde que não tenham características de aplicação de capital, nem sejam de forma temporária ou especulativa, e desde que tais participações, estejam vinculadas a empresas cujo principal objetivo é a prestação de serviços na área ambiental, tais ações ou quotas serão classificados em contas distintas dos investimentos financeiros e publicadas separadamente.

• *Permanente Imobilizado Ambiental* – A Norma Brasileira de Contabilidade (NBCT4) determina que, os componentes do ativo imobilizado sejam avaliados ao custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações, amortizações e exaustões acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica. Determina ainda a NBCT4 que, os bens e direitos recebidos em doação sejam registrados pelo valor nominal ou de mercado, o que for mais claramente identificado. Portanto, para fins de classificação, deverão integrar o imobilizado ambiental todos os bens de permanência duradoura, cuja vida útil seja superior a um ano e sua destinação seja de aplicação única e exclusiva na preservação e/ou conservação do meio ambiente, devendo tais bens, serem registrados em contas específicas e publicados separadamente.

• *Permanente Diferido Ambiental* – Os componentes do ativo diferido, de acordo com a NBCT4, são avaliados ao custo de aplicação, deduzidos das respectivas amortizações, calculadas com base no período em que serão auferidos os benefícios deles decorrentes a partir do início da operação normal. Assim, para fins de classificação, todos os gastos tais como: pesquisas, estudos de projetos e outros, desde que aplicados diretamente na preservação ambiental, serão registrados em contas específicas e publicados separadamente.

• *Passivo Circulante Ambiental* –

Determina a NBCT4 que as obrigações e encargos, conhecidos ou calculáveis, são computados pelo valor atualizado até a data da avaliação. Os passivos contingentes decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, contratuais, operacionais e de pleitos administrativos e judiciais, são provisionados pelo seu valor estimado. Para fins de circulante ambiental, deverão ser registrados em contas específicas e publicadas separadamente, todas e quaisquer obrigações da entidade constituída com o único fim de adquirir bens ou serviços destinados a amenizar ou preservar o meio ambiente.

• *Patrimônio Líquido Ambiental* – As reservas constituídas com base em percentual a ser aplicado sobre o lucro líquido do exercício, depois de calculado todos os tributos incidentes sobre o mesmo, deverão ser registradas em conta específica e publicadas separadamente.

CONCLUSÃO

Mesmo discordando de um ou outro posicionamento sobre qual o melhor caminho da Contabilidade, não fica difícil visualizar, primeiramente, que os valores contidos na escrita contábil tradicional, todos limitados por normas legais e institucionais, há muito, muito tempo deixaram de expressar a realidade das pessoas jurídicas. Por último, mas não menos importante, a total impossibilidade de continuarmos “deitados eternamente em berço esplêndido”, se implantarmos em nosso país qualquer norma contábil que não leve em consideração nossas inúmeras e incontáveis diferenças.

Na verdade, os anos recentes tem sido cenário de importantes modificações comportamentais e principalmente da realidade das economias das nações. Somos testemunhas dos acontecimentos que estão modificando a história e as crenças antes consolidadas e imutáveis.

As empresas, outrora fechadas, passam por transformações rápidas. Seus produtos possuem vida curta e os investimentos em melhoria nos processos produtivos começaram a ser suplantados pelos investimentos em desenvolvimento sustentável de novos produtos para novos mercados. Questões relacionadas à preservação ambiental passam a fazer parte da vida das empresas.

A Contabilidade pode, deve e precisa mudar.

Insistimos que o Neopatrimonialismo ao observar a riqueza das empresas e instituições, sob uma ótica especial, holística e de grande responsabili-

dade social, por ser uma doutrina eminentemente latina, pode representar um avanço no estudo da nova Contabilidade que tanto queremos para o nosso país.



(*) CONTEADOR, CRCMG 35.271, PROFESSOR E COORDINADOR DO CURSO DE CÉLULAS CONTÁBILIS DA UNIPAC – UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS DE JUIZ DE FORA; PRESIDENTE DA COOPERCON – COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÉTODOS CONTÁBILIS DE JUIZ DE FORA – MG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marcelo C. *Auditoria*. Atlas, São Paulo: 1996.
- BERNA, Vímar. *Ecologia para ler, pensar e agir*. Paulus, São Paulo: 1994.
- CAPUANO, Francisco. *Do nicho ao lixo*. Atlas, São Paulo: 1998.
- CARVALHAL, Eugênio de. *Ciclo de vida das organizações*. FGV, Rio de Janeiro: 2000.
- CARVALHO, Carlos de. *Estudos de contabilidade*. Lixa, São Paulo: 1951.
- WILKEN, Edgar. *Contabilidade geral*. Aurora, Rio de Janeiro: 1958.
- D'AURIA, Francisco. *Ciências das finanças*. CEN, São Paulo: 1952.
- DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental nas empresas*. Atlas, São Paulo: 1999.
- FREITAS, Maria Ester de. *Cultura organizacional*. FGV, Rio de Janeiro: 2000.
- GOUVEIA, Nelson. *Contabilidade básica*. Harbra, São Paulo: 1998.
- HERRMANN, Frederico Júnior. *Contabilidade superior*. Atlas, São Paulo: 1972.
- HENDRIKSEN, Eldon. *Teoria da contabilidade*. Atlas, São Paulo: 1999.
- LUTZENBERGER, José. *Gaia o planeta vivo*. LPM, São Paulo: 1991.
- HIGUCHI, Irceni. *Imposto de renda das empresas*. Atlas, São Paulo: 1999.
- MARION, José C. *Contabilidade comercial*. Atlas, São Paulo: 1999.
- NORMA, Maria C. *Ecologia*. Harbra, São Paulo: 2000.
- ODUM, Eugene. *Ecologia*. Guanabara, Rio de Janeiro: 2000.
- PADOVEZI, Clóvis Luis. *Contabilidade gerencial*. Atlas, São Paulo: 2000.
- PIERRE, Alphandéry. *O equívoco ecológico*. Brasiliense, São Paulo: 2000.
- SÁ, Antônio Lopes de. *Teoria da contabilidade*. Atlas, São Paulo: 1999.
- SÁ, Antônio Lopes de. *Dicionário de contabilidade*. Atlas, São Paulo: 1997.
- SÁ, Antônio Lopes de. *História geral e das doutrinas de contabilidade*. Atlas, São Paulo: 1998.
- SÁ, Antônio Lopes de. *Princípios fundamentais de contabilidade*. Atlas, São Paulo: 1999.
- SERRES, Michel. *Notícias do mundo*. Bertrand, São Paulo: 1997.